



ANPEd - Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação

18069 - Resumo Expandido - Trabalho - XXVII Encontro de Pesquisa Educacional do Nordeste – Reunião Científica Regional – ANPEd Nordeste (2024)

ISSN: 2595-7945

GT26 - Educação do Campo

MULHERES EM MOVIMENTOS SOCIAIS DO CAMPO, FEMINISMO E EDUCAÇÃO:
ENTRELAÇAMENTOS E TECITURAS PRESENTES NAS PESQUISAS

Simone Salvador de Carvalho - UFPE/CAMPUS AGRESTE - UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO

MULHERES EM MOVIMENTOS SOCIAIS DO CAMPO, FEMINISMO E EDUCAÇÃO:

ENTRELAÇAMENTOS E TECITURAS PRESENTES NAS PESQUISAS

1 INTRODUÇÃO

Quem já andou por aqui, pisa com cuidado nos fios. Sabe que a trama é tecida por mãos cautelosas, afinadas na arte de lidar com desafios. Quem já pisou neste chão sabe dos movimentos que precedem o tecer, quem já passou, observou que a “malha” e a “rede” não surgem do nada.

Heleida Nóbrega (2010)

A luta das mulheres pela superação da violência é uma caminhada de longas datas, construída a partir da tecitura de malhas e redes que não surgem do nada e que deram origem ao Movimento Feminista. Todavia, um olhar atencioso para as especificidades do ser mulher revela os desafios do tecer a partir do emaranhado colorido dos fios que simbolizam o ser negra, indígena, branca, cigana, do campo, da cidade, cis, lésbica, trans, entre outras. Cada um destes grupos carrega as marcas específicas das opressões de raça/etnia, classe e gênero/sexualidade, que para Saffioti (2015) formam o tripé que estrutura as desigualdades sociais e econômicas.

A América Latina, espaço historicamente marcado pela disputa de projetos antagônicos, tem na expansão das ditaduras militares e do capitalismo o agravamento de crises que, conforme Beauvoir (1986) provocam o questionamento

dos direitos das mulheres. Como estratégia de enfrentamento, surge o Feminismo Latino-americano. Conforme Sternbach *et al*, (1994, p. 258), um movimento formado por mulheres que “[...] desafiavam o patriarcado e seu paradigma de dominação machista - o estado militarista ou contra insurgente - mas também juntavam forças com outras correntes de oposição, ao denunciarem a exploração e a opressão social, econômica e política”.

Enquanto isso, no Brasil, durante a ditadura militar e para enfrentar o capitalista que avançava no campo, começa a organização de homens e mulheres em movimentos sociais. Aos poucos, as mulheres percebem que seus iam além de questões políticas ou de classe. Lorenzoni, Seibert e Collet (2020) afirmam que mesmo com uma ativa participação na luta pela redemocratização do país, elas continuavam anônimas para a sociedade. Assim, vão compreendendo a lógica machista e patriarcal presente nos processos de decisão dominados por homens, nas atividades religiosas, onde eram responsabilizadas por cozinhar e limpar, no trabalho doméstico e agrícola, entre outros. Conforme as autoras: “Foram tempos de aprendizado e conflitos em que questionávamos o papel da mulher/mãe submissa, obediente, servidora” (Lorenzoni; Seibert; Collet, 2020, p. 15).

Paralelo ao processo de luta por reforma agrária, por direitos sociais para as populações do campo e pela busca de uma emancipação por parte das mulheres, emerge a consciência de que sem educação a sociedade não muda (Freire, 2000). Assim, começam as articulações entre os movimentos sociais do campo e as várias instituições comprometidas com a transformação da realidade para a elaboração de um outro projeto de educação para os povos do campo.

Pautando-se nos princípios da Educação Popular de base freiriana, na década de 1980, os movimentos sociais do campo passam a afirmar a necessidade de uma educação específica e diferenciada, dando origem a Educação do Campo. Em contraponto a Educação Rural, símbolo do atraso e da exploração do trabalho camponês, Moura, Lima Filho e Silva (2015, p. 1075) explicam que “[...] não é somente a construção de uma proposta de política educacional, mas uma luta conceitual, pedagógica, política e ideológica.” Para Caldart (2012) um conceito em construção que articula o debate sobre lutas sociais, trabalho, educação/ escola e os vínculos que constituem sua existência na compreensão da realidade e do território em que está inserida, com suas contradições, possibilidades, limites e conquistas.

Com base nestas questões e reconhecendo a necessidade de valorizar as mãos cautelosas que nos antecederam, este trabalho, recorte de uma pesquisa em andamento, é resultado de um levantamento de dados a partir das produções disponíveis na Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD), do Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT). O trabalho tem

como objetivo: *Investigar trajetórias e descobertas na produção de conhecimentos que articulam as categorias mulheres em movimentos sociais do campo - feminismo - educação para os povos do campo.*

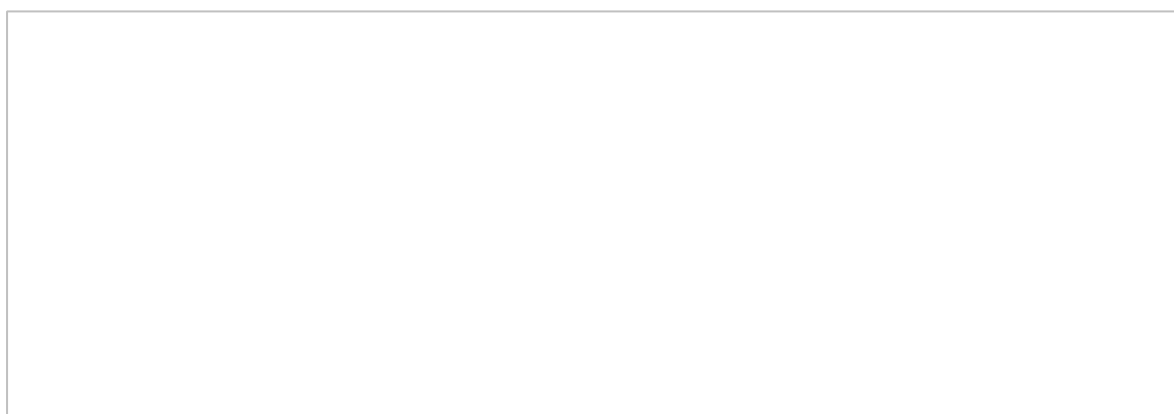
Enquanto metodologia, elegemos a pesquisa bibliográfica. A organização do texto contempla a apresentação e análise de dados sobre: número de pesquisas identificadas, cronologia das produções, número de trabalhos por região e principais lócus de produção científica versus lócus da pesquisa de campo, autoria e orientação conforme o sexo. Em seguida, analisamos pesquisas realizadas nas décadas de 1990 e 2000, para identificar o que elas trazem enquanto elementos de compreensão sobre a inserção das mulheres nos movimentos sociais do campo, as relações estabelecidas com o feminismo e a qual compreensão possuíam sobre a educação para os povos do campo.

2 DESENVOLVIMENTO

2.1 O que dizem as pesquisas da BDTD?

Ao investigarmos as trajetórias que demarcam a produção de conhecimentos a partir da articulação entre os marcadores: mulheres em movimentos sociais do campo – feminismo – educação para os povos do campo na BDTD, localizamos 76 (setenta e seis) trabalhos, sendo 52 (cinquenta e duas) dissertações e 24 (vinte e quatro) teses, produzidas no período de 1990^[1] a 2023. O gráfico 1 mostra a produção de teses e dissertações em cronológica.

Gráfico 1: Cronologia das teses e dissertações



Fonte: Acervo da pesquisa, 2023.

As primeiras dissertações coincidem com a efervescência dos conflitos no campo devido à expansão do capitalismo e a organização dos movimentos sociais

no enfrentamento ao modelo agrário exportador. Já a primeira tese data de 2003.

Com a consolidação do Movimento de Educação do Campo e as parcerias com as universidades, surgiram

[...] vários grupos de pesquisa sobre a temática, inclusive com a criação de linhas de pesquisa de mestrado e doutorado em algumas instituições. Outro relevante espaço de pesquisa foram os Observatórios de Educação do Campo, implantados em várias universidades federais em função de editais Capes/Inep. Ainda no âmbito da produção de conhecimento, uma Cátedra Unesco de Educação do Campo foi concedida à Universidade Estadual de São Paulo (UNESP) em 2009 (Molina; Freitas, 2011, p.23).

Portanto, estas parcerias têm sido essenciais para ampliar a produção científica sobre o campo e seus sujeitos, a partir do olhar daqueles que vivem esta realidade e comprometem-se na sua transformação.

Com base em recortes regionais, percebe-se as disparidades em relação ao número de pesquisas, bem como, as instituições que mais contribuem na produção científica sobre o tema, conforme quadro 1.

Quadro 1: Número de trabalhos por região e principais lócus de produção científica

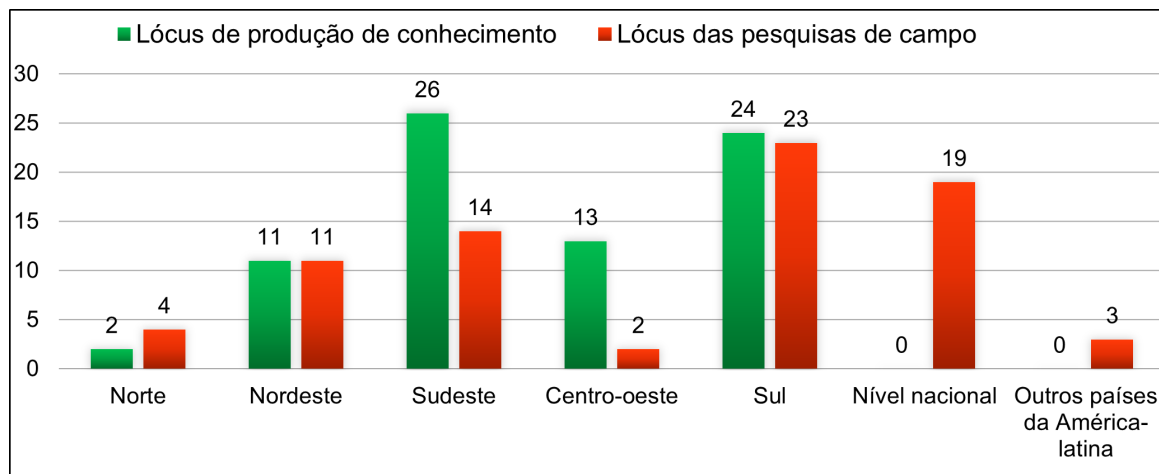
Região	Nº total de trabalhos	Universidades com o maior nº de produções	Nº de trabalho por IES
Centro-oeste	13	Universidade de Brasília	11
		Universidade Federal de Goiás	02
Sudeste	26	Universidade Estadual de Campinas (Unicamp)	06
		Universidade Estadual Paulista (Unesp)	04
Sul	24	Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC)	10
		Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRS)	04
Nordeste	11	Universidade Federal do Ceará (UFC)	03
		Universidade Federal de Pernambuco (UFPE)	02
Norte	02	Universidade Federal do Pará (UFPA)	02

Fonte: Acervo da pesquisa, 2023.

O quadro evidencia uma concentração de trabalhos no Sudeste e Sul, onde também ocorreram as três primeiras pesquisas na década de 1990, sendo as duas primeiras na UFSC e a terceira na Unicamp. Em relação ao Sul, destaca-se o Movimento de Mulheres Camponesas (MMC) ^[2] e o Movimento de Trabalhadores

Rurais Sem Terra (MST) que nasceram nesta região e são os que mais aparecem como sujeitos das pesquisas em nível nacional. O gráfico 2 apresenta dados comparativos entre o *lócus* de produção de conhecimentos em comparação ao *lócus* das pesquisas de campo.

Gráfico 2: Lócus de produção de conhecimentos versus lócus da pesquisa de campo



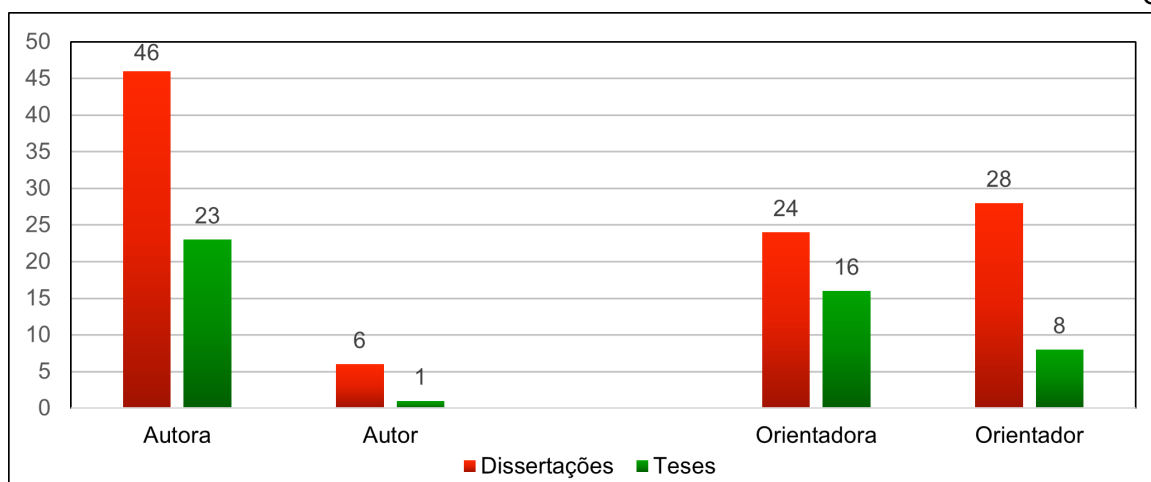
Fonte: Acervo da pesquisa, 2023.

Nas regiões Sul, Sudeste e Centro-oeste os números sobre *lócus* de pesquisas de campo são inferiores aos de produção de conhecimentos. Isto ocorre devido a pesquisas de campo feitas: a) em outras regiões brasileiras; b) estudos que consideram a atuação nacional do movimento; c) sobre mulheres de outros países da América Latina.

No Nordeste e no Norte o *lócus* de pesquisa de campo apresenta-se igual ou superior ao de produção de conhecimentos. Apesar do Movimento de Mulheres Agricultoras do Nordeste ter surgido na década de 1980 e possuir relevante atuação, é somente na dissertação de Cruz (2008), produzida na UFC, que ele aparece como sujeito de pesquisa junto a outros grupos.

Em relação a produção por sexo, o gráfico 3 apresenta os dados conforme a autoria e a orientação.

Gráfico 3: Autoria e orientação conforme o sexo



Fonte: Acervo da pesquisa, 2023.

Os resultados corroboram com os estudos de Zilberleib (2022) que a mulher passa a ser pesquisada, quando mulheres começam a fazer pesquisas. O gráfico 3 mostra que estas representam 69 (sessenta e nove) de um total de 76 (setenta e seis) trabalhos. Parafraseando a autora e com base nos dados apresentados, é possível também afirmar que as pesquisas sobre o campo e seus sujeitos se ampliam quando estes começam a fazer pesquisas. Essa compreensão é respaldada por Guedes *et al* (2018, p. 344) ao afirmar que:

Nós nos apropriamos da própria produção do conhecimento científico e sistematizado. Nós escrevemos nossa história e não aceitaremos mais que nos silenciem, que inviabilizem a nossa produção do conhecimento. Estamos na história, fazemos história e temos memória histórica – nós mesmos a registraremos, a construiremos com nossas lutas, escrevendo nosso futuro.

As produções acadêmicas e publicações resultantes deste processo contam a luta e o protagonismo de sujeitos, a partir dos seus olhares. Uma caminhada que, para as mulheres traz as marcas de desafios, avanços e conquistas específicas, conforme apresentado a seguir.

2.1 Do entrelaçamento dos fios a formação da rede: tecituras entre mulheres, feminismo e educação para os povos do campo nas pesquisas das décadas de 1990 e 2000

O recorte temporal ora proposto advém da necessidade de investigar o que as pesquisas revelam sobre a inserção das mulheres em movimentos sociais do campo, as relações com o feminismo e compreensões sobre o papel da educação. A seleção de produções das décadas de 1990 e 2000, justifica-se por serem as primeiras a tratar estas questões.

As pesquisas da década de 1990 contemplam a inserção das mulheres em três movimentos: Movimento Sindical (Barros,1990), MMA (Casagrande, 1991) e MST (Lechat, 1993). Em Barros e Casagrande encontramos a história que deu origem ao MMA. Em comum, destacam a forte aversão ao feminismo, como consequência da relação que mantinham com a Igreja Católica, por meio das Comunidades Eclesiais de Base (CEB). Casagrande (1991) acrescenta que a partir da participação delas em eventos, contatos com outros grupos e estudos sobre o tema, identificaram-se opressões e bandeiras de lutas em comum, o que as levou a unirem-se ao Movimento Feminista e afastarem-se da igreja.

Em relação a educação, os dois trabalhos evidenciam o reconhecimento de que aquela até então ofertada, perpetua a visão machista presente na família e na sociedade. Assim, é necessário um outro projeto educativo que esteja em sintonia com as mudanças almejadas.

Lechat (1993), apesar de não tratar diretamente do debate sobre feminismo e educação, é relevante enquanto precursora na inserção de gênero como categoria de análise e mostra que as mulheres assentadas esperam do MST um trabalho que impacte em mudanças que possam contemplar não somente a luta pela terra e direitos sociais, mas, as relações de gênero.

Na década de 2000 surgem os trabalhos que abordam o feminismo enquanto categoria de análise, o MMC assumindo-se como feminista, o Coletivo Nacional de Mulheres do MST e a compreensão da articulação entre gênero e classe, a necessidade de uma educação específica e diferenciada para os povos do campo.

Melo (2001) explica os desafios do Coletivo Nacional de Mulheres do MST, criado em 1996, que ao considerar as relações de gênero e de classe como princípios de sua luta, busca inserir este debate em todos os setores do movimento. Todavia, para o MST o gênero ainda é visto como complementar ou subordinado as análises pautadas na luta de classe numa ótima marxista.

Pereira (2002) fala da 'desordem' causada pelas mulheres ao entrarem no Movimento Sindical, até então dominado por homens. Sua presença é elemento de mudança, definindo uma nova 'ordem', deste a adequação dos espaços, a humanização e a inserção do termo gênero para discutir sobre as relações sociais entre homens e mulheres, a partir do cotidiano das famílias. Sobre a educação, reconhecem que é fundamental na melhoria da posição social. Entretanto, tem sido instrumento de afirmação das discriminações de gênero, de raça e classe, reafirmando a superioridade masculina. Assim, é preciso propor uma educação que contemple a igualdade da mulher, o respeito às diferenças e a natureza.

Cruz (2008) é o primeiro trabalho a utilizaro feminismo como categoria de análise e a entrevistar mulheres participantes e não participantes de movimentos. A

autora enfatiza como a militância possibilita mais conhecimentos, acesso a informações e vivências que criam condições para o exercício da cidadania e a reivindicação de direitos. As militantes demonstram melhor compreensão a dominação de gênero e de classe. Em relação a educação, enxergam-na como uma possibilidade de mudança e de futuro melhor, uma vez que o acesso aos estudos contribui para romper ou transformar os efeitos da lógica patriarcal.

Lusa (2009) é a primeira pesquisa na qual o MMC é citado como feminista, autônomo, de classe e do campo. O trabalho formativo de base realizado pelo movimento é apontado como fundamental para o enfrentamento das estruturas de dominação cultural, social e política. As entrevistadas destacam que a luta por uma educação específica e a ampliação dos níveis de escolarização são conquistas essenciais no projeto defendido pelos povos do campo. Sobre este ponto, é relevante ressaltar que o MMC foi um dos organizadores da II Conferência Nacional de Educação do Campo, realizada em 2004, em Luziânia-GO.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com base nos resultados aqui apresentados, é possível perceber a força e a capacidade de organização das mulheres do campo, seja na defesa de pautas específicas ou coletivas. Um processo que começa a partir da 'ocupação' de espaços sindicais e culmina na formação de movimentos de mulheres agricultoras, camponesas, trabalhadoras rurais, contribuindo para superar visão limitada de mulher apenas do lar.

Aos poucos, apropriam-se de conhecimentos necessários à compreensão da realidade, das opressões e dos possíveis caminhos para a superação dos problemas cotidianos. Nessa trajetória, a aversão ao feminismo abre espaço para construção de redes a partir de compreensão de dores e violências comuns, que não serão superadas sem a união entre os diferentes grupos de mulheres e feministas.

A preocupação com a educação ofertada aos filhos e filhas e a percepção da escola como espaço de reafirmação da lógica machista e patriarcal presente na sociedade e com reflexos nas famílias, faz com que reconheçam a necessidade de um outro projeto educativo. Neste cenário, unem-se a outros movimentos sociais na luta por uma Educação do Campo.

Diante disso, fica o questionamento: a Educação do Campo tem se comprometido com a luta das mulheres? É possível pensar uma educação feminista para o campo? Estas são algumas das perguntas que pretendemos aprofundar em futuras produções.

REFERÊNCIAS

BARROS, M. E. Z. **Sindicatos rurais**: organização e participação da mulher em Santa Catarina. Dissertação - Universidade Federal de Santa Catarina. Curso de Pós-graduação em Direito, 1990. Disponível em <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/106311> Acesso em 15 jun. 2023.

BEAUVOIR, S. **O Segundo Sexo**. Introdução. Vol.1 Fatos e Mitos. São Paulo: Nova Fronteira, 1986.

CALDART, R. S. Educação do Campo. *In*: CALDART, R. S.; PEREIRA, I. B.; ALENTEJANO, Paulo; FRIGOTTO, Gaudêncio. (Orgs.). **Dicionário da Educação do Campo**. São Paulo: Expressão Popular, 2012. pp.257-265.

CASAGRANDE, J. L. **Movimentos sociais do campo**: mulheres agricultoras em Santa Catarina. Dissertação - Universidade Federal de Santa Catarina, Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política, 1991. Disponível em <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/106321> Acesso em 15 jun. 2023.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Indignação**: cartas pedagógicas e outros escritos. São Paulo: Editora UNESP, 2000.

GUEDES, C. G. [et al] (Org). Memória dos 20 anos da Educação do Campo e do PRONERA. Brasília: Universidade de Brasília. Cidade Gráfica, 2018.

LECHAT, N. M. P. A questão de gênero no Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST): estudo de dois assentamentos no Rio Grande do Sul. **Dissertação** (Mestrado em Antropologia Social), Universidade Estadual de Campinas, São Paulo. 1993. Disponível em <https://repositorio.unicamp.br/acervo/detalhe/69701> Acesso em 10 jun. 2023.

LORENZONI, C. Violência nas relações de gênero: uma interpretação a partir das mulheres camponesas no Rio Grande do Sul. **Revista Libertas**. Juiz de Fora, 2007. Disponível em <https://periodicos.ufjf.br/index.php/libertas/article/view/18218> Acesso em 13 mai. 2023.

LORENZONI, C. SEIBERT, I. G. COLLET, Z. Movimento de Mulheres Camponesas: veredas de muitas histórias. *In*: MEZADRI, A. M. [et al]. **Feminismo Camponês Popular**: reflexões a partir do Movimento de Mulheres Camponesas. São Paulo: Expressão Popular, 2020. pp. 13-31.

LUSA, M. G. Do chão do cotidiano, o protagonismo do Movimento de Mulheres Camponesas em terras catarinas: uma trajetória de lutas, construindo identidade e conquistando autonomia. 2009. 307 f. **Dissertação** (Mestrado em Serviço Social) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2009. Disponível em <https://tede2.pucsp.br/handle/handle/18023> Acesso em: 28 jun. 2023.

MELO, D. M. A construção da subjetividade de mulheres assentadas pelo MST. **Dissertação** (mestrado) - Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de Educação, 2001. Disponível em <https://repositorio.unicamp.br/acervo/detalhe/205196> Acesso em 10 jun. 2023.

MOLINA, M. C. FREITAS, H. C. A. Avanços e desafios na construção da Educação do Campo. **Revista Em Aberto**, Brasília, v. 24, n., 85, p. 17 – 31. Abr. 2011. <https://doi.org/10.24109/2176-6673.emaberto.24i85>

NÓBREGA, H. A **metáfora do fio, da malha e da rede...** Disponível em <https://www.recantodasletras.com.br/artigos-de-educacao/2571860> Acesso em 22 jul. 2024.

PEREIRA, S. F. S. De senhoras a mulheres trabalhadoras rurais: a desordem no MSTTR. **Dissertação**. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Faculdade de Educação. Programa de Pós-Graduação em Educação. 2002. Disponível em <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/1882> Acesso em 15 jul. 2023.

SAFFIOTI, H. I. B. **Gênero, patriarcado e violência**. 2ª edição, São Paulo: Expressão Popular: Fundação Perseu Abramo, 2015.

STERNBACH, N. S.; ARANGUREN, M. N.; ALVAREZ, P. C. E. Feministas na América Latina: de Bogotá a San Bernardo. **Revista Estudos Feministas**, v. 2 n. 2, 1994. <https://doi.org/10.1590/%25x>

ZILBERLEIB, B. A mulher como problema de pesquisa em História: emergência de estudos sobre mulheres e gênero na historiografia brasileira recente (1973-2001). 2022. **Dissertação** (Mestrado) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo. 2022. Disponível em <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8138/tde-17052023-174704/pt-br.php> Acesso em 10 mar. 2023.

[1] Definido em função da data da primeira pesquisa.

[2] O MMC tem origem em 1983 como Movimento de Mulheres Agricultoras (MMA) em Itaberaba/SC. A partir de 2004 ganha dimensão nacional como MMC Brasil.